



Novas Geografias: atuais e antigos dilemas da fome

**Tereza Campello^{1*}, Renato Carvalheira do Nascimento², Ana Paula Bortoletto Martins³
e Marina Yamaoka⁴**

Outras geografias que não a da fome são possíveis para o Brasil. Esta é a conclusão que os mais de 30 pesquisadores e ativistas sociais chegaram ao participarem do seminário “Geografia da Fome – 75 anos depois: novos e velhos dilemas”, organizado pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com o apoio de um conjunto de instituições. Faz-se necessário discutir a obra de Josué de Castro por ser um clássico, pelos atuais números da fome e pela disputa de narrativas em torno do fenômeno da fome que se apresenta por meio de distintos projetos político-ideológicos. Foram quatro grandes consensos que o evento alcançou: a importância do papel do Estado para reverter a situação de fome; as desigualdades como causa e efeito de sistemas alimentares não sustentáveis e da fome; a expansão da produção e a modernização da agricultura se deu mantendo e aprofundando a concentração fundiária, com perda de biodiversidade e sem compromisso com a produção de comida para o povo; além de a fome ser considerada como um projeto político-ideológico em um Brasil de abundâncias. É necessário estimular espaços para mobilizar a academia, gestores públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ativistas comprometidos com uma agenda transformadora em torno da fome e de seus atuais e antigos dilemas.

Palavras-chave: Geografia; Fome; Projeto político-ideológico; Cátedra Josué de Castro.

New Geographies: current and ancient dilemmas of hunger

Other geographies other than the hunger geography are possible for Brazil. This is the conclusion reached by more than 30 researchers and social activists when they participated in the seminar “Geography of Hunger – 75 years later: new and old dilemmas”, organized by the Josué de Castro Chair of Healthy and Sustainable Food Systems at the Faculty of Public Health from the University of São Paulo, with the support of many organizations. It is necessary to discuss the Josué de Castro’s work as it is a classic reference to understand and overcome the current rising rates of hunger and to contribute for the narratives dispute around the phenomenon that presents itself through distinct political-ideological projects. There were four major agreements that the event presented: the importance of the role of the State in reversing the situation of hunger; inequalities as a cause and effect of unsustainable food systems and hunger; the expansion of production and the modernization of agriculture took place by maintaining and deepening land concentration, with loss of biodiversity and without commitment to the production of real and food for the population; in addition to hunger being considered a political-ideological project in a country of abundance. It is necessary to build spaces to mobilize academia, public managers, civil society organizations and activists committed to a transformative agenda around hunger and its current and former dilemmas.

Keywords: Geography; Hunger; Political-ideological project; Josué de Castro Chair.

¹ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9905-9453>

² Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3560-4472>

⁴ Université Gustave Eiffel - Paris, França. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4470-3838>

* Endereço para Correspondência: *E-mail:* tereza.campello@gmail.com

Outras geografias que não a da fome são possíveis para o Brasil. Esta é a conclusão que os mais de 30 pesquisadores e ativistas sociais chegaram ao participarem do seminário “Geografia da Fome – 75 anos depois: novos e velhos dilemas”, organizado pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) com o apoio de um conjunto de instituições.

O debate ocorreu em torno do histórico livro *Geografia da Fome* de 1946, do cientista pernambucano Josué de Castro, para analisar as mudanças que aconteceram desde o Brasil daquela época até o Brasil atual. A obra completou 75 anos em 2021, lançado inicialmente pela editora O Cruzeiro com edições posteriores corrigidas, complementadas e modificadas pelo autor.

A FOME NO CONTEXTO ATUAL E SOB NOVAS PERSPECTIVAS

Três razões principais fazem com que discutir Josué de Castro seja relevante atualmente. A primeira é que a obra de Josué de Castro é um clássico que se inscreve no rol de intelectuais brasileiros que apresentaram formas originais de compreensão da realidade brasileira. No caso do teórico pernambucano, a imagem de um Brasil generoso, com sua natureza colossal e exuberante, onde supostamente não havia o problema da escassez de alimentos, veio a baixo. Essa imagem foi desconstruída, pois o cientista pernambucano sempre procurou alertar para um Brasil que de Norte a Sul estava, de forma direta ou indireta, marcado pelo problema da fome, não tanto devido às condições naturais, mas devido sobretudo ao próprio homem e à estrutura socioeconômica implantada no País.

A segunda razão é que recentemente a fome bateu à porta de mais da metade da população brasileira. Segundo dados de pesquisa da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), 55,2% da população brasileira sofria com insegurança

alimentar em dezembro de 2020. Do total de 211,7 milhões de brasileiros à época, 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar. Destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19,1 milhões enfrentavam a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome em sua forma mais perversa^[1].

A fome no Brasil tem cara. Ela é feminina, preta e com baixa escolaridade já que quando uma destas condições estão presentes nas famílias há uma maior vulnerabilidade e uma maior incidência de insegurança alimentar. A fome ou a insegurança alimentar grave esteve presente também com maior intensidade nas residências habitadas por pessoas de raça/cor da pele preta e parda e em lares chefiados por mulheres e por pessoas com baixa escolaridade.

A terceira razão que faz com que o pensamento de Josué de Castro ainda seja muito atual é a preocupante disputa de narrativas sobre as causas da fome e de sua erradicação. O tema da fome está na pauta das eleições de 2022 com muita força, diferentes atores vêm se apropriando de narrativas sobre a segurança alimentar e nutricional, o combate à fome e promoção da alimentação saudável, ao mesmo tempo em que agem a favor de políticas que não promovem inclusão ou redução de desigualdades econômicas e sociais e que, especialmente, não garantem o controle e a participação social nas políticas do Estado brasileiro.

Um exemplo evidente disso é a iniciativa "Por um Brasil sem Fome" lançada no dia 16 de março de 2022 na Câmara dos Deputados pela Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil. Na primeira audiência pública houve a participação de parlamentares e representantes de organizações do setor privado que historicamente nunca se ocuparam da agenda da soberania e da segurança alimentar e nutricional. No Congresso, apoiam medidas como os projetos de lei: 3.292/2020, que cria reserva de mercado para a compra de leite fluido para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e retira a prioridade da aquisição de alimentos de povos indígenas e comunidades quilombolas e assentados(as) da reforma agrária; 4.195/2012, que propõe a

obrigatoriedade de oferta da carne suína na alimentação escolar²; 191/2020 e 490/2007, que liberam atividades como mineração e hidrelétricas em terras indígenas e barram o reconhecimento de novos territórios com a tese do marco temporal; 2.633/2020 e 510/2021, apelidados pelos ambientalistas de “PLs da grilagem” por flexibilizarem as regras de exploração de terra na região da Amazônia Legal; e o PL 6.299/2002, que amplia a margem para autorização da inserção de novos agrotóxicos no mercado³. Compartilham, portanto, de um projeto político-ideológico exclusivo, antidiverso, não saudável, não participativo, pró neoliberalista, um modelo de desenvolvimento nacional insustentável.

Do outro lado, estão especialistas, pesquisadores, ativistas sociais e ambientais, diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais historicamente e efetivamente comprometidos com a erradicação da pobreza e da fome, com a defesa do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas⁴. Uma amostra disso se encontra no “Manifesto Popular contra a Fome e pelo Direito de se Alimentar Bem”, assinado em 16 de outubro de 2021 por diversas organizações que questionam iniciativas como estas dos projetos de lei citados⁵.

A garantia do direito humano à alimentação e à nutrição se constrói com políticas e instituições públicas, e com participação popular. Essa tem sido a posição das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que atuam nesse campo. Tal posição é defendida na Câmara dos Deputados pela Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional⁶.

O seminário organizado pela Cátedra Josué de Castro, embora realizado antes do surgimento da iniciativa “Por um Brasil sem fome”, já alertava para essa disputa de narrativas, evidenciando outra dicotomia entre os que apresentam a fome como uma questão de solidariedade ou de doações e outra que relaciona a fome às políticas públicas. Afinal, importa saber como o fenômeno da fome é explicado, que fatores são elencados como causadores do problema, porque esse ou aquele entendimento orienta ações de diferentes naturezas, e, certamente, quem são os atores envolvidos no

contexto de diagnóstico e ação para projetos políticos.

Um projeto político significa um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação de diferentes atores. Os projetos políticos são, sobretudo, projetos coletivos que se caracterizam fundamentalmente pela sua dimensão societária, no sentido em que contém visões do que deve ser a vida em sociedade e o papel do Estado na vida pública⁷.

Os pesquisadores envolvidos no seminário “Geografia da Fome – 75 anos depois: novos e velhos dilemas” alertaram para a disputa de narrativas e de projetos políticos, desvendaram a presença de uma visão incompleta e enviesada e discutiram a fome como uma questão de política pública, política de Estado, políticas estruturais e estruturantes para o combate às desigualdades profundas que o Brasil apresenta.

A construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional trilhou um caminho contra-hegemônico do projeto neoliberal⁸. A iniciativa do Seminário, portanto, apresenta-se como um projeto democratizante, que se contrapõe ao projeto que reduz a compreensão e as possíveis soluções da fome. Esse é o contexto de disputa de narrativas em que a política se estrutura. Um contexto em que dois projetos políticos-ideológicos se confrontam. Se hoje Josué de Castro⁵ estivesse vivo, não teríamos dúvidas de que lado estaria.

OS CONSENSOS DO SEMINÁRIO “GEOGRAFIA DA FOME – 75 ANOS DEPOIS: NOVOS E VELHOS DILEMAS”

O Seminário permitiu que se alcançasse quatro consensos sobre questões essenciais. O primeiro consenso diz respeito à importância do papel do Estado como regulador e ator fundamental para reverter a situação de fome e má nutrição neste país, por meio de políticas públicas pactuadas com a sociedade. Dada a complexidade da alimentação, é necessária a compreensão de que a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à

⁵ Exilado e proibido de retornar ao seu próprio país, falece em Paris no dia 24 de setembro de 1973.

alimentação adequada não se realizam no âmbito da autorregulação das forças de mercado. Alimento não é mercadorial!

Nos dias de hoje, o consumo alimentar no país combina a dieta tradicional brasileira à base de arroz e feijão, alimentos frescos e preparações culinárias com a presença de alimentos de menor qualidade nutricional. Porém, os hábitos tradicionais estão se perdendo rapidamente, com a redução do espaço de alimentos *in natura* ou minimamente processados e ingredientes culinários processados no prato brasileiro para alimentos processados e, sobretudo, para produtos alimentícios ultraprocessados⁶. As pesquisadoras do primeiro dia do Seminário citam O Guia Alimentar para a População Brasileira¹⁰ como exemplo de uma política de vanguarda no mundo que contribui para a construção de um arcabouço regulatório para inibir a escalada do consumo de ultraprocessados. Trata-se de uma orientação oficial do Ministério da Saúde que possui um papel indutor de outras políticas públicas a serem pactuadas por outros setores com a sociedade.

O segundo consenso observa as desigualdades como causa e efeito de sistemas alimentares não sustentáveis e da fome. Desigualdade, pobreza e fome, embora sejam conceitos distintos, estão fortemente vinculados, na medida em que as disparidades nas chances de vida acabam por determinar as possibilidades de escapar ou não de situações de privação e vulnerabilidade. Para entender esses fenômenos no Brasil é preciso reconhecer que são produtos de uma das mais extremas concentrações de renda e da terra do mundo, conseqüentemente resultando na separação entre os que comem e os que não dormem com medo dos que não comem, como repetia Josué de Castro.

Como menciona Ladislau Dowbor, um dos palestrantes, com um PIB de 7,3 trilhões de reais em 2019 e uma população de 212 milhões de pessoas, “produzimos o equivalente a 11 mil reais por mês por família de quatro pessoas”. Não há, portanto, nenhuma razão econômica para a pobreza, a desigualdade e mesmo a fome. O Inquérito da Rede

PENSSAN chama a atenção para o fato de que nos domicílios com renda familiar mensal entre meio e 1 salário mínimo *per capita* (múltiplos de salário mínimo – SMPC) a insegurança alimentar moderada e grave ocorrem em proporções inferiores à média nacional, ao passo que essas condições de restrição alimentar já não estão presentes nos domicílios com mais de 1 SMPC de renda domiciliar¹¹. O problema, portanto, não é produzir mais alimentos e sim “definir melhor o que produzir, a quem distribuir, e como assegurar a sustentabilidade social e ambiental do planeta. A questão está na redefinição das formas de organização política e social”¹².

Vale dizer, que o leque de “soluções” oriundo das narrativas em disputa atende de forma diferenciada aos interesses de setores governamentais, atores societários e do setor privado, afetando, também de formas distintas, as desigualdades, a pobreza e a fome.

O terceiro afirma que a expansão da produção e a modernização da agricultura se deu mantendo e aprofundando a concentração fundiária, com perda de biodiversidade e geração de crise climática e sem compromisso com a produção de comida para o povo.

Em nosso imenso país, 1% de grandes propriedades concentram aproximadamente 45% da terra, enquanto os 50% menores detêm apenas 2% da área total explorada¹³. Dessa forma, historicamente baseada em um modelo colonial, escravocrata e latifundiário, com vocação predominantemente econômica, a agroindústria brasileira nunca vislumbrou o desafio de solucionar o problema da fome no país; ao contrário, acaba por amplificá-lo, ao se situar no centro das principais crises ambientais do presente – mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desregulação do ciclo hídrico, entre outros.

As raízes da fome brasileira encontram-se nos processos histórico-políticos da formação da economia, tendo suas origens no período colonial, nos séculos XVI até o XIX, relacionadas com a prioridade do mercado exportador de matéria-prima (como açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e

⁶ A relação positiva entre o consumo de produtos ultraprocessados e o ganho de peso e obesidade já está comprovada cientificamente. Estudos realizados em diferentes países e metodologias concluem que padrões alimentares baseados em ultraprocessados promovem o ganho de peso em curto período de tempo, em

todas faixas etárias. A ingestão desses produtos foi associada a 23-51% maiores chances de obesidade⁹¹.

café) sobre o mercado interno (que inclui a mandioca, feijão e milho), e da concentração da riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários^[14]. Ou seja, passados mais de 500 anos, nos parece que o cerne que sempre foi responsável pela fome no Brasil não tenha sido totalmente alterado.

Entre 1940 e 2017, houve um crescimento populacional de 404% no Brasil. De forma geral, a produção agrícola apresentou taxas de crescimento superiores, o que garantiria a oferta – ao menos em quantidade – de alimentos para toda a população nacional. Porém, voltada à exportação e à produção de ração animal, o *boom* das *commodities* não resultou na redução da fome. Poderíamos, talvez, atualizar o dilema que Josué de Castro apontou nos anos 1940: no lugar de “pão ou aço”, hoje questionaríamos se “pão ou soja”, talvez melhor, “pão ou *commodity*”.

Por fim, o quarto consenso alcançado considerou a fome como um projeto político-ideológico em um Brasil de abundâncias. Enquanto houver incentivo à produção de *commodities* sem atenção a políticas que de fato se ocupem de alimentar com qualidade a população brasileira, colheitas recordes significarão pouco na agenda de combate à fome. Contraditoriamente, a abundância será a causa mesma da penúria, e porque não lembrar também do desmatamento e da perda de biodiversidade.

Na trajetória de constituição desse modelo de desenvolvimento gerador de fome alguns momentos marcaram sua interrupção, como a criação do salário mínimo, com forte contribuição de Josué de Castro, e várias outras políticas públicas, como o programa Bolsa Família e políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, que foram pouco a pouco derrubando os indicadores de desigualdade, tanto no meio rural quanto no urbano. Em 2002, os pobres crônicos no Brasil somavam 9,3% da população, enquanto que em 2015 o percentual é reduzido para 1%^[15]. Assim, a fome ia se tornando um fantasma que parecia ser vencido e exterminado de nossa sociedade. Quando o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2014, o número de brasileiros em situação de subalimentação havia caído em 82% desde 2002^[16].

A definição do problema da fome como prioridade política, com destinação de recursos orçamentários compatíveis com a envergadura do desafio; a valorização do salário mínimo e geração de emprego e renda; programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; o fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, assistência técnica e compras públicas; a continuidade e melhoria do programa de alimentação escolar, incentivado por Josué de Castro já nos anos 1950; e a articulação e gestão intersetorial, com participação e controle social em instâncias de governança como o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional) foram a chave do sucesso brasileiro no início deste século. Todas essas frentes, no entanto, estão sofrendo com a precarização ou foram descontinuadas enquanto políticas públicas a partir de 2016 como parte de um projeto que culminou na insegurança alimentar de mais da metade da população brasileira^[17]. Um projeto que se intensificou após 2019, se consolidando como “um processo de desfinanciamento de políticas públicas” que fizeram o Brasil retroceder no combate à fome e às desigualdades econômicas e sociais^[18].

NOVAS GEOGRAFIAS

Com esse seminário se abriu um processo, a construção e elaboração de um documento de forma coletiva, com o grupo da Cátedra Josué de Castro, composto por mais de 30 pesquisadores e ativistas, um conjunto de pessoas que se somaram à intenção de construir uma nova narrativa, de levantar essas questões, de organizar aquilo que se tem de consenso.

A Cátedra busca enfrentar o desafio de construir um espaço de reflexão sobre sistemas alimentares que avance para além dos debates setoriais, importantíssimos e necessários, mas muitas vezes fragmentados. Neste sentido, o objetivo se estende para além de analisar sistemas alimentares como a cadeia que vai desde a porteira até o garfo. Ou seja, não basta olhar as fases da produção, distribuição e consumo e as diferentes cadeias de produção. A pergunta mobilizadora é como discutir sistemas alimentares integrando as dimensões econômica, política, de saúde, ambiental, social e cultural?^[19].

É necessário estimular espaços para mobilizar a academia, gestores públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ativistas comprometidos com uma agenda transformadora em torno dos sistemas alimentares e do direito humano à alimentação adequada e saudável, propondo uma nova narrativa sobre a fome e seus atuais e antigos dilemas. Apenas com a construção de espaços de análise multidimensional dos problemas e limites do atual sistema alimentar é que será possível avançar na construção de respostas simultaneamente complexas, interdisciplinares e multidimensionais à fome no Brasil. Novas geografias são possíveis em um país tão grande, tão belo e tão abundante.

AGRADECIMENTOS

No seminário agradecemos pela organização: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo, Grupo de Políticas Públicas – GPP/Esalq, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec, Instituto Fome Zero – IFZ, Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde – Nupens/USP, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede Penssan, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap. Pelo apoio agradecemos: Instituto Ibirapitanga, Instituto Clima e Sociedade e Fundação Heinrich Böll Brasil.

FINANCIAMENTO

Instituto Ibirapitanga, Instituto Clima e Sociedade e Fundação Heinrich Böll Brasil.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar

FUNÇÕES DOS AUTORES

RCN e TC foram responsáveis pela concepção do artigo; RCN elaborou a primeira versão, APBM e MY fizeram aportes substanciais ao artigo. Todos autores revisaram e aprovaram a versão final do artigo.

REFERÊNCIAS

- [1] Rede Penssan. Grupo de Monitoramento. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Vigisan 2020. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2021.
- [2] Alves K. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e conflito de interesses. Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, Blog Notícias, 20/04/2021. Disponível em <https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-e-conflito-de-interesses-artigo-de-kelly-alves/9418/>.
- [3] Observatório do Clima. Pacote da destruição: o que dizem os Projetos de Lei em pauta. Revisada em 3/3/2022. Disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/03/Combo-da-morte.pdf>.
- [4] Leão M. M., Maluf R. S. J. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: Abrandh, 2012.
- [5] Manifesto popular contra a fome e pelo direito de se alimentar bem. Assinado por Via Campesina; Frente Brasil Popular; Frente Povo sem Medo; Campo Unitário por Terra, Território e Dignidade; Conferência Popular por Democracia, Direitos, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Fórum das Centrais Sindicais e Campanha Renda Básica que Queremos. Disponível em https://conferenciassan.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Manifesto_Popular-2.pdf.
- [6] Recine E., Santarelli M., Burity V. Por um Brasil sem fome (de verdade!). Congresso em Foco, opinião, 18/03/2022. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opinio/foro/por-um-brasil-sem-fome-de-verdade/>.
- [7] Dagnino E., Olvera A. J., Panfichi A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In Dagnino E. Olvera A. J., Panfichi A. (orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo/Campinas: Paz e Terra; Unicamp, 2006.
- [8] Nascimento R. C. O papel do Consea na construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – CPDA/UFRRJ, 2012.
- [9] Cátedra Josué de Castro/USP e Nupens/USP. Diálogo sobre ultraprocessados: soluções para sistemas alimentares

saudáveis e sustentáveis. São Paulo, 2021. Disponível em <http://catedrajc.fsp.usp.br/publicacoes>.

[10] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

[11] Rede Penssan. Ibid.

[12] Dowbor L. Pão nosso de cada dia: opções econômicas para sair da crise. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

[13] Oxfam America. Terra, poder e desigualdade na América Latina. Relatório de Pesquisa. Washington-EUA, 2016.

[14] Da Silva J. L., De Sá A. J. A fome no Brasil: do período colonial até 1940. Revista de Geografia, Recife. 2009; 23(3):43-53.

[15] Campello T. (coord.). Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Brasília: FLACSO; CLACSO, 2017. p.69.

[16] FAO. Achievement Award. Based on FAO estimates. Roma, 30 novembro de 2014. Relatório disponível em: fao.org/3/a-i4030e.pdf.

[17] Rede Penssan. Ibid.

[18] Inesc. A conta do desmonte: balanço do orçamento geral da União 2021. Brasília, 2022. Disponível em <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf>.

[19] Martins A. P. B., Campello T. C. Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares e Sustentáveis: um novo espaço para reflexão e ação. Diálogos Socioambientais na Macrometrópole Paulista. 2021; 4(10):29.